



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA  
COMARCA DE MUCAJÁ  
VARA CÍVEL ÚNICA DE MUCAJÁ - PROJUDI**

Nossa Senhora de Fátima, 0 - Fórum Juiz Antônio de Sá - Centro - MUCAJAI/RR - CEP: 69.340-380 - Fone: (95) 3198-4192 -  
E-mail: mji@tjrr.jus.br

Proc. **0800540-11.2020.8.23.0030**

**Autor: RUBEM HONORATO SILVA**

Promovida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**SENTENÇA**

Trata-se de ação de indenização de seguro DPVAT proposta por **RUBEM HONORATO SILVA**, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**.

Alega o Autor, em síntese, que teria sido vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **28/12/2019**, ocasionando inúmeras lesões em vários membros do corpo, resultando em debilidade permanente, incapacidade permanente e deformidade permanente, haja vista ter sofrido fratura nas **pernas direita e esquerda, bem como no tórax**.

Desta forma, diz que teria direito ao recebimento do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), mas recebeu administrativamente somente a quantia de **R\$ 3.712,50 (três mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos)**, por essa razão, requer o pagamento da diferença.

A Requerida, devidamente citada, apresentou contestação, sustentando, em apertadíssima síntese que o Autor não apresentou laudo do IML quantificando a lesão, de forma a afastar a alegada lesão indicada na inicial. Além disso, confirmou o pagamento administrativo dos valores que apurou ter direito do Requerente, devendo ser julgado improcedente o pedido.

Por este juízo foi designada data para perícia, oportunidade em que a parte autora foi submetida a exame médico-pericial, conforme Laudo do Evento 30, o qual não foi impugnado pelas partes.

O exame pericial apontou a ocorrência de invalidez permanente parcial incompleta leve de 25%.

**É o relatório. Decido.**

Inicialmente, com o devido respeito, rejeito a questão preliminar arguida pela parte requerida em sede de contestação, referente à ausência do laudo do IML quantificando a lesão, visto tratar-se de prova a ser produzida durante a instrução processual, não impossibilitando o regular prosseguimento do feito.

Superada a fase preliminar, passo ao exame do mérito.

A princípio, com relação à alegação de falta de comprovação dos danos e da necessidade de realização da perícia, constato que a mesma foi suprida, em razão do laudo pericial realizado em juízo e juntado aos autos sem impugnação das partes.

Conforme já estabelecido de forma inequívoca por nosso egrégio Tribunal de Justiça, laudo expedido pelo Instituto Médico não constitui documento indispensável à propositura da ação, conforme aresto abaixo:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. FALTA DO LAUDO DO IML. IMPOSSIBILIDADE. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL PARA A COMPROVAÇÃO DO DANO. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA EM JUÍZO. NECESSIDADE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO". (TJRR, AC 0000.15.002113-7, Câmara Única, Rel. Des. Elaine Cristina Bianchi - p.: 29/10/2015)

Nesse passo, a perícia realizada em juízo supre a ausência do laudo do IML.

No mais, o tema em discussão não depende de produção de outras provas, pois muito embora contenha matéria de fato, no entanto, em razão do exame pericial realizado, toda a matéria fática está a meu juízo esclarecida, portanto, possível o julgamento da lide no estado atual do processo, uma vez que considero o processo maduro o suficiente para receber provimento jurisdicional.

O seguro DPVAT, criado pela Lei nº 6.194/74, tem como finalidade obrigar a todos os proprietários de veículos automotores de via terrestre a pagarem prêmio, a fim de garantir o recebimento de indenizações em caso de morte e invalidez permanente às vítimas de acidente com veículo, bem como o reembolso das despesas médicas e hospitalares.

Tal Lei em sua redação original fixou o valor das indenizações por morte e invalidez permanente em 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007, atribuiu novo valor para indenizações em caso de invalidez permanente, o qual passou a ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicável aos acidentes ocorridos a partir de 29/12/2006, quando tal MP entrou em vigor.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 451/2008, convertida, posteriormente, na Lei nº 11.945/2009, instituiu a graduação da invalidez, a qual somente pode ser aplicada aos acidentes ocorridos a partir de sua vigência em 16/12/2008 (art. 33, IV, f).

Dessa forma, a indenização de seguro DPVAT possui três conjunturas distintas a depender da data do acidente, aplicando-se a redação original da Lei nº 6.194/47 para os acidentes ocorridos antes de 29/12/2006 e aplicando-se a alteração trazida pela MP nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007, nos acidentes ocorridos entre 29/12/2006 até 15/12/2008.

Já para os acidentes ocorridos a partir de 16/12/2008, aplicam-se as modificações trazidas pela MP nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, a qual estabeleceu indenização escalonada a depender do grau de invalidez da vítima no sinistro, verificada por meio de tabela do CNSP.

Nessa linha, cumpre registrar que o Supremo Tribunal Federal, nos termos das ADIns nº 4350 e 4627, declarou a constitucionalidade das alterações normativas que modificaram os parâmetros para o pagamento do Seguro DPVAT.

Desse modo, incontestemente a constitucionalidade da legislação federal, que deve ser aplicada em caso de invalidez parcial e permanente, no sentido de pagar proporcionalmente à extensão da lesão.

Conforme se verifica no laudo pericial juntado no Ep. 30, o perito nomeado chegou a seguinte conclusão: invalidez permanente parcial incompleta no grau leve de 25%.

Diante disso, cumpre verificar que o valor da indenização pela lesão apontada no laudo pericial alcança a monta de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, valor pleiteado pelo Autor em se de alegações finais.

No entanto, cumpre verificar que o Requerido logrou comprovar o pagamento do valor da indenização indicada nos autos, de forma administrativa, conforme comprovante de pagamento que acompanha a contestação, bem como no Ep. 36.

Desta forma, resta plenamente comprovado o adimplemento da indenização pleiteada nos autos, antes mesmo da propositura da demanda, de forma que o pedido inicial não encontra fundamento.

Diante do exposto, com fundamento nos argumentos acima expostos, **julgo IMPROCEDENTE o pedido**, extinguindo-se o processo com resolução de mérito, com base no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 15% (quinze por cento) do valor da causa, pelo Autor. Ônus suspensos por cinco anos na hipótese de assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98, § 3.º do Código de Processo Civil.

Certifique-se o cartório o trânsito em julgado desta decisão. Após, dê-se baixa e archive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

Mucajaí/RR, data constante do sistema.

**PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS**

**Juíza de Direito**

